

"Buracos negros" preocupam

Se eles se repetirem, Constituição pode não sair este ano

GIVALDO BARBOSA

Lideranças expressivas da Constituinte, como os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ), Nelson Carneiro (PMDB-RJ), José Richa (PMDB-PR), Itamar Franco (PFL-MG), Virgílio Távora (PDS-CE) manifestavam o receio de que o processo constituinte entre agora — e outras vezes, no futuro — em um buraco negro, criado pelo impasse que as modificações regimentais estão facilitando.

Diante disso, todos esses líderes, apreensivos, manifestavam o receio de que a tarefa de elaboração da Constituição não seja encerrada nem no fim deste ano. Se não houve possibilidade de um acordo em torno do preâmbulo da nova Carta, mais difícil será e entendimento em torno de importantes questões no mérito, segundo esses políticos.

RECEIOS

No seu gabinete o senador Virgílio Távora reuniu-se com o senador José Richa e a deputada Sandra Cavalcanti. Todos, cercados de assessores, mostravam-se apreensivos como os rumos que as coisas estão tomando na Constituinte, lamentando-se a radicalização em que se empenham os dois principais grupos em conflito.

Todos concordaram, no entanto, que as modificações promovidas pelo **Centrão** tornaram o Regimento inoperante, gerando o impasse. Virgílio Távora lembrava que o **Centrão** só tinha 248 presentes em plenário, faltando, portanto, 32 constituintes de seu lado para assegurar a aprovação de sua emenda ao preâmbulo do projeto da Comissão de Sistematização. A esquerda ou o bloco progressista só conseguiu arrematista 227, menos 53 constituintes do que o quorum de maioria absoluta (230).

A deputada Sandra Cavalcanti afirmava que o **Centrão** não conseguiu arrematista o seu bloco compacto de integrantes para alcançar a maioria absoluta e assim decidir a questão pelo voto, garantindo a aprovação de seu projeto de preâmbulo. "Eles vão mobilizar os aviões da FAB para trazer o senador Alvaro Pacheco de Gstaad (estação de inverno suíça) até Brasília", dizia a deputada.

O senador José Richa mostrava-se preocupado com o impasse, lembrando que se o **Centrão** não conseguir os 230 votos hoje, quando o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, voltará a colocar o preâmbulo em votação, novamente, terá de ser votado o texto proposto pelo projeto da Comissão de Sistematização. Caso não se consiga o quorum de 230 votos para isto, o relator Bernardo Cabral terá prazo de 48 horas para apresentar uma redação que reúna consenso entre os constituintes.

Mas, se chegarmos a esta situação, o impasse poderá perdurar porque muitos líderes do **Centrão** já entraram em atrito pessoal com o relator geral da Constituinte, Bernardo Cabral — dizia o deputado Victor Faccioni que, apreensivo, solicitou reunião da bancada e da executiva do PDS, para as 19 horas da manhã de hoje, a fim de propor que a direção e líderes de seu partido procurem as lideranças dos demais partidos para tentar um entendimento.

Nós não podemos ficar expostos a uma severa e justa censura da opinião pública se cairmos no impasse. O entendimento faz-se necessário agora, mais do que nunca — dizia Faccioni.

Numa roda, logo após a sessão frustrada de ontem, os senadores Afonso Arinos, Nelson Carneiro e Itamar Franco não escondiam o receio de que o trabalho constituinte se perca nessas impasses até o fim do ano, gerados por um Regimento que dificulta, ao invés de facilitar, deixando o País de ganhar a nova Constituição.

Ao reconhecer a existência de uma grande pressão em favor da prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos, o senador Itamar Franco lembrava que a procrastinação do trabalho constituinte evitará a prorrogação, na medida em que as eleições municipais deste ano estão previstas na Constituição vigente, que data do regime militar.



Centristas e progressistas reunidos: apesar da descontração, preocupação com o primeiro "buraco negro"

Briga por assinaturas já virou um ganha-pão

CLAUDIA MOEMA Da Editoria de Política

Uma das grandes batalhas dos constituintes é conseguir assinaturas para apresentação de suas emendas, destaques ou preferências. E um trabalho difícil mas, muitas vezes compensador. Nem tanto para o parlamentar mas para a pessoa que recolhe as assinaturas. Desde que iniciou a corrida pelas assinaturas, pelo menos 100 pessoas não funcionárias do Congresso Nacional, estão coletando assinaturas para os constituintes através de uma prestação de serviço. E que muitos deles estão pagando para conseguirem suas assinaturas.

Luiza Marillac da Costa, moradora do Gama, sem trabalho fixo, há cinco anos vem ajudando muitos deputados e senadores nessa tarefa. Ela ganha a vida dessa forma, e com a Constituinte, a situação melhorou "porque para este trabalho eles pagam mais". Ex-faxineira do Ministério da Agricultura, Luiza explica que o salário era pouco "e uma amiga, a Maria Helena, que conhecia os deputados me deu o primeiro serviço aqui na Câmara". Não parou mais de recolher assinaturas para os parlamentares.

Segundo Luiza, o deputado Alceni Guerra (PFL-PR) conseguiu três crachás para que ela pudesse almoçar no restaurante da Câmara, pegar material de escritório para os deputados e poder utilizar

o ônibus dos funcionários. Ela conta que, na Constituinte, está trabalhando para sete deputados que contrataram os seus serviços. Cesar Cals Neto (PDS-CE), Nelson Seixas (PDT-SP) e Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), estão pagando 10 mil cruzados, cada um, por 187 assinaturas para cada um de seus destaques. O deputado Brandão Monteiro pagou, também 10 mil cruzados, mas por 280 assinaturas. Carlos Alberto Caó, pediu 280 assinaturas, mas também o deputado Stélio Dias (PFL-ES). Estes dois, ficaram de combinar o preço depois da entrega do trabalho. Quem está pagando mais, é o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) — 15 mil cruzados por 280 assinaturas. Luiza até agora só recebeu dos deputados Brandão Monteiro e Nelson Seixas.

Como Luiza, muitas outras moças disputam, ferozmente, a assinatura de um constituinte. Não importa hora, nem local. E elas não têm a menor cerimônia de puxarem uma cadeira e interromperem o almoço dos deputados. Antes que o parlamentar possa ao menos indagar do que se trata a matéria que está sendo assinada, elas entregam uma caneta e, em segundos, conseguem o que querem. Satisfeita por recolher muitas assinaturas, Luiza afirma que até mesmo, no aeroporto, sábados e domingos, dá plantão. Todo dia pela manhã, ao sair de casa, ela vai direto para o aeroporto colher assinatura de qualquer parlamentar que esteja chegando. Pouco antes do almoço vai para a Câmara dos Deputados, "lá para o décimo".

Quando os auxiliares não conseguem o número necessário, é preciso que o próprio interessado, o deputado ou senador, faça a coleta, como o balanço Jorge Hage (PMDB) que, de prancheta em punho, abordava as suas colegas Benedita da Silva e Irma Passoni (PT) pedindo a assinatura em dois pedidos de preferência.

Hage (autor da proposta aprovada na Sistematização que dá ao presidente Sarney um mandato de quatro anos) explica que o tempo é pouco e que ele "precisa atacar no corredor". Outros vão aos gabinetes, como o deputado Eduardo Bomfim (PCdoB-AL) que de pasta na mão atravessava o corredor que separa a Câmara e Senado e ia em busca de as sinaturas.

Mas nem todos recebem essa pressão com tranquilidade. O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) quase corre para se esconder de tantos pedidos de assinatura. Propostas de todos os tipos, além de elogios e pedidos de emprego. Cansado, sem conseguir chegar ao seu gabinete, o senador Passarinho desabafava "não podemos nem conversar. Agora ninguém consegue andar, falar ou qualquer outra coisa, com esse povo correndo atrás".

Nas galerias quase vazias, o contraste

Plenário chelo e galerias quase vazias fizeram contraste na sessão de ontem, que marcou o início da votação do projeto de Constituição, e que assinou a presença de 484 do total de 539 constituintes.

A falta de um público maior pode ser explicada pela ausência de qualquer mobilização para a sessão de ontem e pela falta de um interesse especial pela votação do preâmbulo. Mas pensaram também as limitações ao acesso às galerias impostas pela mesa da Constituinte. Agora cada pessoa só entra com a apresentação de convite impresso, assinado por um dirigente da mesa e com dia especificado. E cada constituinte só pode distribuir um convite por dia.



Aluizio, na tribuna

Só campanha tira deputado da tribuna

O troféu "Personagem do Dia" foi entregue, na sessão de ontem, ao constituinte Aluizio Campos (PMDB-PB), autor da emenda coletiva do **Centrão**, que modifica o preâmbulo do projeto, e destacado para defendê-la em plenário. Com certa dificuldade na articulação das palavras, o constituinte não conseguiu, no tempo regimental de cinco minutos, concluir sua defesa e continuou a falar, provocando a ira de Ulysses Guimarães. O presidente da Constituinte, por diversas vezes, se dirigiu ao parlamentar exigindo o término de seu discurso, sem ser atendido. Por fim, já bastante irritado, acionou a campanha da mesa ininterruptamente, o que fez com que o deputado se retirasse da tribuna.

Não satisfeito com o tumulto provocado na sessão, minutos depois, quando Ulysses já começava o processo de votação, Aluizio Campos volta a se dirigir à tribuna, desta vez alegando uma questão de ordem. Foi o bastante para o presidente perder completamente a calma e "implorar" ao constituinte que voltasse ao seu lugar no plenário. "O nobre deputado, primeiramente — disse Ulysses Guimarães — não necessita subir à tribuna, para pedir questão de ordem. Depois já estamos em processo de votação e, regimentalmente, não se pode mais fazer pedido de questão de ordem". Enquanto Ulysses dava essas explicações, o parlamentar parava sem dar ouvidos ao presidente. Só desceu da tribuna quando o plenário começou a gritar: "chega".

O DEBATE Presença de Deus faz polêmica se repetir

Quatro meses depois de ter sido objeto de discussão entre os membros da Comissão de Sistematização, encarregados de elaborar o projeto de Constituição, Deus voltou a ser lembrado pelos constituintes e, da mesma forma como ocorreu em 24 de setembro, dividiu as opiniões dos oradores que se pronunciaram na votação do Preâmbulo. No encaminhamento da votação pelas lideranças partidárias, os líderes do PFL e do PTB indicaram, estrategicamente, dois evangélicos para falarem a favor da emenda do **Centrão** que estabelece a promulgação da Constituição "sob a proteção de Deus".

As manifestações contrárias à emenda do **Centrão** não se limitaram a criticar a invocação a Deus de forma diferente da registrada pelo projeto de Constituição, do substitutivo do **Centrão**, do trecho que assegura a representação popular e ao próprio povo o direito de fiscalizar e exigir os cumprimentos de seus direitos constitucionais. Para o deputado José Genoino (PT/SP), um dos oradores a falar contra a matéria, a figura de Deus é uma invocação generalizada em um País que tem muitos materialistas, "enquanto que o núcleo da discussão deve ser o valor genérico da democracia".

No entanto, o próprio **Centrão** concentrou na figura de Deus a defesa de sua emenda, a partir do pronunciamento do deputado Augusto Rocha (PFL/SP), indicado pelo líder de seu partido para se pronunciar pela Liderança. O constituinte evangélico usou como base de seu discurso a manifestação feita anteriormente pelo deputado Haroldo Lima (PC do B/BA) e, inevitavelmente, explorou o velho jargão de que todo comunista "e demais partidos totalitários de esquerda consideram-se afrontados pela palavra de Deus". Lembrou que enquanto na Rússia há falta de liberdade, nos Estados Unidos, "que imprime Deus em suas moedas", todos aceitam o "senhorio de Deus". Como conclusão de seu raciocínio, acrescentou: "Se os Estados Unidos aceitam, nós queremos, como a maior Nação cristã do mundo, ver consignada a vontade da maioria".

Haroldo Lima também criticou a supressão da referência à soberania popular como fonte de poder. Segundo ele ainda, a maior figura religiosa na Bahia, hoje (não citou o nome), disse que usar o nome de Deus nesta Constituição é blasfêmia. O deputado Plínio Sampaio (PT/SP), ao se pronunciar pelo seu partido, não falou em Deus mas centrou seu discurso sobre o que considera a maior falta no substitutivo do **Centrão**: a representação popular clássica, para que a sociedade civil possa efetivamente fiscalizar a

autoridade e evitar a instalação de uma oligarquia da classe política.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), disse que seu partido reconhece que "a maioria do povo brasileiro invoca o nome de Deus" e por isto não se coloca contra esta inclusão no Preâmbulo da Constituição. Para ele, no entanto, é preciso não esquecer de invocar também a participação popular. Para o deputado Roberto Augusto Lopes (PTB/RJ), indicado pelo seu líder Gastone Righi para falar, "dentro de cada coração brasileiro existe o temor a Deus".

MUITO POUCO

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, lamentou ter que chegar à tribuna para dizer que o PMDB sustenta a figura de Deus da forma como está colocada no Preâmbulo. "Deus não tem coloração política", ressaltou. Para seu gesto, muito melhor colocada no projeto de Constituição, em que a proteção divina é pedida para a elaboração da Carta. A proposta do **Centrão** invoca Deus para o ato de assinatura da Constituição, o que, segundo o senador, "para quem tem fé é pedir muito pouco".

Mário Covas utilizou grande parte de seu discurso para evidenciar o trabalho da Constituinte. Acha que a Assembleia não fez por merecer o enorme número de críticas que recebeu.

Número de deputados pode mudar

TAISA FERREIRA Da Editoria de Política

Na próxima legislatura, em 1990, a Câmara dos Deputados pode ganhar mais 63 representantes, mas pode também perder mais de metade do atual número de deputados, ficando com apenas 225 parlamentares.

Tudo depende da emenda que for aprovada na Constituinte. São cinco emendas que alteram a composição da Câmara dos Deputados.

O maior número de deputados federais previsto entre as cinco emendas é de 550, de acordo com proposta do deputado Luiz Eduardo (PFL-BA). A emenda dele estabelece que nenhum Estado ou o Distrito Federal tenha menos de oito ou mais de 80 deputados. O deputado justifica a ampliação do número de representantes na Câmara pela criação de novos estados pela Constituinte e pela necessidade de manter inalterado o atual peso das diversas regiões do País, no que diz respeito à sua representação na Câmara.

Aprovada a emenda Luiz Eduardo, São Paulo ganharia 20 novos representantes na Câmara. O Rio de Janeiro seria o segundo Estado mais beneficiado, em termos absolutos, com um acréscimo de seis deputados. Minas Gerais viria em terceiro lugar, com mais cinco deputados e o DF

manteria sua representação inalterada, com oito deputados. A Bahia teria quatro deputados a mais. No geral, o cálculo médio é de que haveria um representante na Câmara dos Deputados para cada 270 mil habitantes.

Semelhante à emenda do deputado Luiz Eduardo, a única emenda apresentada pelo presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, também prevê um mínimo de oito deputados e um máximo de 80 por Estado. A diferença é que o total de deputados, na emenda de Ulysses, não deveria ultrapassar a 540, 10 a menos que na emenda do deputado pedelista, havendo, portanto, uma diferença na elevação do número de representantes dos Estados que não estiverem dentro da faixa mínima ou máxima de representação.

No caso da representação de São Paulo, por exemplo, o acréscimo de parlamentares seria o mesmo, previsto na emenda Luiz Eduardo — dos 60 deputados atuais, o Estado teria 80 na próxima legislatura, se aprovada a emenda de Ulysses, que havia assumido esse compromisso com seu eleitorado. Na justificativa de sua emenda, o presidente da Constituinte ressaltou que o simples crescimento populacional e a criação de novos estados são argumentos suficientes para a elevação do teto de

representação, para que ela não seja diminuída em nenhum Estado. Ulysses considera ainda que a medida beneficia o Legislativo e os estados, além de ter elevado sentido democrático.

A terceira emenda que altera a composição da Câmara é a do deputado Osvaldo Macedo (PMDB-PR). Ele mantém o número de representantes atuais — 487 —, mas altera a forma de sua eleição, com implantação do voto distrital misto: 2/3 da representação de cada Estado seria através do voto distrital e 1/3 através do voto proporcional.

Outra emenda é do deputado Geraldo Aiclmim, que prevê como limite máximo do número total de deputados o mesmo que a emenda de Ulysses: 540. A única diferença é que Aiclmim estabelece como representação máxima por Estado 75 deputados.

A única proposta de redução da representação na Câmara dos Deputados é do deputado Antônio Salim Curiali (PDS-SP). Ele acha que 225 deputados é um número ideal, com um representante para cada 500 mil habitantes. Nenhum Estado teria menos de quatro representantes e os territórios não teriam menos de três, com exceção de Fernando de Noronha.

Ulysses pede quorum e faz agradecimento

Duas horas antes de constatar o resultado da votação insuficiente para aprovar ou rejeitar a emenda do **Centrão**, o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, agradecia "ferrovamente a presença tão significativa" dos mais de 400 constituintes em plenário e apelou aos parlamentares para que este quadro se repetisse em todas as sessões. "A Presidência", disse ele, "roga aos senhores — estando certa que interpreta o pensamento e o senso de dever de cada um — que deste momento até aquele histórico, em que for promulgada a Constituição tenhamos presença, para que dentro dos dispositivos regulamentares se possa decidir sobre a matéria constitucional".

Em seu pronunciamento de abertura da votação do projeto de Constituição, Ulysses Guimarães anunciou ainda que as sessões da Constituinte serão realizadas de segunda a sexta, nos horários de 14h (terças, quartas e quintas), 15h (segunda) e 9h (sexta), com os 30 minutos iniciais destinados ao "pinga-fogo" e mais 43 minutos para as comunicações de liderança. Ele deixou claro que não pretende estender o prazo de votação do projeto, mas que prorrogará cada sessão até a noite sempre que for necessário.

Antes de anunciar a votação da emenda do **Centrão** substitutiva ao Preâmbulo do projeto de Constituição, Ulysses Guimarães fez uma síntese do regimento interno.

MILHOES
De atendimentos por inteiro.
O RACIONAMENTO
GRUPO EDITORIAL

Nos quadros do Congresso, o anúncio: precisa-se de quem colha assinaturas

Arinos pede mesa de 1823

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) sugeriu ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, que mande buscar no Museu Imperial de Petrópolis a grande mesa que serviu para a primeira reunião dos constituintes de 1823 — aqueles que moldaram a primeira Carta Constitucional brasileira autônoma — após a proclamação da independência.

Arinos imagina que o presidente da Constituinte possa promover uma cerimônia no grande salão no-

bre do Congresso Nacional para autografar exemplares da nova Constituição, após a sua promulgação, utilizando a mesma imensa mesa que serviu para os primeiros trabalhos realizados pelos constituintes de 1823.

Sugere que sejam colocadas, em torno da grande mesa que está guardada no Museu Imperial de Petrópolis, bandeiras do Brasil no Império, na República Velha e o atual modelo. O senador Humenense mostrava-se preocupado com o descaso com peças

de valor histórico que estavam em algumas de nossas casas legislativas.

Algumas mesas de grande valor histórico que estavam no prédio (demolido) do antigo Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, desapareceram como por encanto, não se sabendo atualmente qual o seu destino. O senador, que é também professor de História, teme que algumas dessas peças de grande valor para nosso passado estejam atalhando depósitos de repartições burocráticas.



Placar joga contra

Ulysses Guimarães, um defensor ardoroso da agilização dos trabalhos da Constituinte, conta dentro do plenário, com um inimigo implacável, que é a votação eletrônica. Nada menos do que 23 minutos foram gastos entre o início da votação, quando os constituintes acionam o número de seus códigos, e o aparecimento do resultado da votação no painel eletrônico. O grande tumulto acontece assim que todos os parlamentares têm que levantar de seus lugares para poder assegurar se seu nome consta ou não no painel. Em caso negativo têm que votar nos postos avulsos, onde se aglomeram em longas filas, transformando o ato de voltar em um penoso calvário.